

O Percurso Profissional do Armando

Cascais, 24 de Setembro 2015

Nesta tarde de Homenagem ao Armando, gostaria mais de chamar-lhe, de celebração da vida do Armando, foi-me pedido para participar, de forma mais directa, fazendo memória do seu percurso profissional. Socorrer-me-ei de um seu curriculum, datado de Março de 2015, e da minha própria memória da vivência profissional e humana com o Homenageado.

Armando José Cordeiro Sevinate Pinto, o Armando, para todos nós que com Ele convivemos mais ou menos intensamente, nasceu em Ferreira do Alentejo no dia 1 de Janeiro de 1946. Licenciou-se no Instituto Superior de Agronomia que frequentou entre Outubro de 1965 e Setembro de 1970, na especialidade (como então se denominava) de Industrias Agrícolas.

Fazer memória do seu percurso profissional nos 15 minutos que para isso me são concedidos, não é tarefa fácil, dada a riqueza, em extensão e densidade que caracterizam esse percurso. Muito vai ser apenas a florado e muito mais vai ficar, certamente, por dizer. Resta-me a certeza dos oradores que vão seguir-se completarem, cada um deles na sua área e certamente bem melhor do que eu o faria, as limitações dos afloramentos que procurarei fazer sobressair na riquíssima e multifacetada vida profissional do Armando, abrupta e tristemente interrompida em Março deste ano.

Procurei delimitar a moldura que ele próprio dava ao seu percurso profissional. Respigo do Curriculum de 2015 as Qualificações-Chave aí referidas que nos dão um quadro, relativamente, seguro de como ele se situava profissionalmente. Da Política Agrícola aos Fundos Estruturais, percorrendo Mercados e Estruturas Agrícolas e Desenvolvimento Rural, da Política Florestal à Economia do Ambiente e Recursos Naturais, integrando a Investigação Agrária, desenha-se uma vida pletórica de energia e saber, ao serviço das grandes paixões sempre presentes no Armando: a Agricultura Portuguesa, os Homens e a Terra do seu País e . . . o “seu” Alentejo.

Proponho-vos, então, que percorramos, em traço grosso, este grande rio profissional, de cujo caudal tanto havia ainda a esperar, quando a todos surpreendeu a sua inesperada e malograda interrupção há cerca de seis meses.

No Instituto Superior de Agronomia, entre 65 e 70, dada a diferença de idade que nos separava, cruzámo-nos, ele como aluno e eu como assistente, pessoalmente desencontrados no entanto. No Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, de 70 a 72, foi a minha mobilização para a guerra em África, que não permitiu acompanhar, pessoalmente, o início da carreira profissional do Armando na elaboração da sua

tese de licenciatura no caminho dos “Modelos Econométricos aplicados à agricultura”.

Do CEEA o Armando parte para o Gabinete de Planeamento do Ministério do Comércio e Turismo, onde em Novembro de 1976 o vou “roubar” para integrar a equipa que, na qualidade de Director do Gabinete de Planeamento, nomeado pelo Ministro da Agricultura, António Barreto, procurei estruturar para desenvolver o “célebre” (para aqueles que viveram esses tempos de entusiasmo e vigor profissionais . . .) Plano de Médio Prazo 77-80, também conhecido por Plano Manuela Silva, então a Secretária de Estado do Planeamento. Fazendo equipa directamente com o Engenheiro António Cortez de Lobão, o Armando produziu, em colaboração com ele, a parte daquele plano que dizia respeito a Mercados e Preços de produtos agrícolas. Esta experiência de trabalho prolonga-se até à minha saída do Gabinete de Planeamento para o IFADAP, recém criado em 1977, não sem antes termos vivido, em conjunto, os primórdios dos contactos com a então CEE. Procurávamos, por essa altura, um caminho de integração na Europa, à data esse “clube de ricos” que tanto fascinava quer os agricultores portugueses quer os técnicos, que como nós, para eles desbravávamos, com o afã que sempre caracterizou a actividade profissional do Armando, caminhos de progresso e desenvolvimento. Permitam-me que refira duas pequenas

estórias, muito pessoais, dessa época. A primeira envolve o Ministro António Barreto. O Director do Gabinete de Planeamento constituía então uma peça chave, junto do Ministro, no funcionamento dum Ministério que nem lei orgânica tinha ainda. Nesta cumplicidade muito forte existente, surgiam por vezes questões mais complexas que o Gabinete de Planeamento era chamado a resolver. Para essas o Ministro António Barreto tinha sempre a mesma expressão: “Oh Gomes da Silva, resolva lá isto com os seus Sevinates !

A segunda estória passa-se entre o Armando e eu próprio. Iniciam-se por essa época as deslocações mensais a Bruxelas para contacto com os técnicos da Comissão Europeia, nas quais eu participava como membro da Comissão de Integração Europeia. É com emoção e saudade que deixo aqui o meu testemunho pessoal: nunca parti para Bruxelas sem primeiro confrontar o Armando e o ouvir sobre as matérias que iriam ser objecto da reunião. Comigo, para Bruxelas, iam sempre as notas que a perspicácia e o labor do Armando entendia poderem ser-me uteis, muitas delas elaboradas, sabe-se lá por que horas, madrugada dentro na véspera da partida.

Depois, entre 78 e 85 o Armando continuou como Director de Serviços no Gabinete de Planeamento, vindo a assumir nesse último ano o cargo de Director Geral do Gabinete que desempenhou até Fevereiro de 87. Ao longo desses 9 anos foi um

pilar, absolutamente, decisivo das negociações da adesão de Portugal à então CEE, fazendo equipa com diversos colegas dos quais me permito destacar o Luis Frazão Gomes, o Luis Albuquerque, a Maria João Abecasis, o Eurico Cabral da Fonseca, este do Secretariado Técnico para a Integração e a Teresa Ricou do Ministério do Comércio. Entre 84 e 86 integra a “Comissão para a Integração Europeia” por designação do Conselho de Ministros. São ainda desse período múltiplas acções de contacto e formação de técnicos portugueses, sobre as questões, para todos nós completamente novas e por vezes complexas, da regulamentação europeia para o sector agrícola, o célebre “Ange Bleu”. Mais uma vez, em testemunho pessoal, recorro as acções de formação à equipa técnica do Banco Pinto e Sotto Mayor, por mim dirigida, a qual procurava responder às necessidades de crédito dos agricultores portugueses, já numa óptica de integração europeia que todos sabíamos estar eminente.

Em Julho de 1986, o Governo Português assina, no extraordinário enquadramento histórico e arquitectónico do claustro do Mosteiro dos Jerónimos, o Tratado de Adesão de Portugal à Europa dos 10, cerimónia na qual participou, por mérito próprio, Armando Sevinate Pinto.

Em consequência, em 1987 inicia-se uma nova etapa no percurso profissional do Armando: a sua passagem a Director na Comissão Europeia. O profissional e o português que se tinham batido, com

competência e paixão, por todos reconhecidas, para que a Agricultura e os Agricultores Portugueses ascendessem a uma posição condigna no seio dos seus congéneres europeus iria agora, primeiro de 87 a 89, superintender na componente “Orientação” do FEOGA e na área da “Investigação Agrícola”, gerindo um orçamento de 2 500 milhões de Ecus, e, posteriormente, de 89 a 93, dirigir toda a área do Desenvolvimento Rural, para todos os Estados Membros das Comunidades Europeias.

Caros Amigas e Amigos

Se esta minha conversa sobre o Armando já vai longa, e vai, explanar o que foram, profissional e humanamente, os seus 6 anos de Bruxelas levar-me-ia a esgotar todo o tempo disponível desta sessão. Muitos dos presentes puderam testemunhar pessoalmente a grande qualidade profissional e a riqueza humana do seu desempenho como Director da Comissão. Muitos de nós recordam nos dias de hoje, com saudade e por vezes algum desalento comparativo, o desempenho que conhecemos do Director Português na Comissão que foi Armando Sevinate Pinto. Permitam-me, no entanto, que por dever de justiça e de verdadeira homenagem como português, como agricultor e como profissional ligado a estas questões, recorde a criação dos célebres Regulamentos 2078, 2079 e 2080. Eles provam como é

possível, sem defraudar a “imparcialidade do nacionalismo” a que qualquer alto funcionário da Comunidade está obrigado, vir ao encontro de reais problemas da Agricultura e dos Agricultores Portugueses. Centenas e centenas de hectares de pinhal, de montado de sobro e azinho, de carvalhais e de soutos, espalhados hoje por este nosso País, jamais teriam existido, não fora o conhecimento do Armando sobre a Agricultura Portuguesa o ter levado a “imaginar” e feito aprovar o Reg. 2080.

Em Setembro de 93 o Armando regressa a Portugal munido de uma extraordinária experiência internacional, sem jamais alienar o conhecimento sobre a Agricultura Portuguesa e os seus principais actores. Vem para integrar uma plêiade de técnicos, creio que todos aqui presentes, e assim contribuir para o crescimento e desenvolvimento do projecto, em boa hora lançado pelo Prof. Francisco Avillez, com quem de há muito mantinha forte cumplicidade profissional e humana, sem que essa forte amizade tivesse, por uma só vez, comprometido a liberdade de pensamento e as convicções de cada um, sempre que elas não coincidiam plenamente. Esse projecto, ainda hoje de certo modo impar no contexto da Agricultura Nacional, que se chama Agro.Ges e leva já consolidados 25 anos de trabalho ao serviço da nossa Agricultura. É Francisco Avillez que nos ajuda a situar o Armando neste capítulo do seu percurso profissional ao escrever: “não vai ser fácil à Agro.Ges continuar com o nosso trabalho sem

podermos contar mais com a presença dele. Mas temos a obrigação de o fazer melhor ainda do que o temos feito até hoje. Por ele . . . e, principalmente, pela agricultura portuguesa que ele tanto amou e nos ensinou a amar”. (fim de citação).

Como escreve o Embaixador Seixas da Costa, no seu blog, “em 1998 ao encerrar um *workshop* na Roménia, para o qual convidara o Armando, expliquei aos romenos presentes que “aquele senhor” ali ao meu lado, se acaso a oposição em Portugal viesse a ganhar futuramente as eleições, seria, muito provavelmente, o próximo ministro da Agricultura” (fim de citação). Foi apenas necessário deixar decorrer 4 anos e em Fevereiro de 2002 Armando Sevinate Pinto toma posse como Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, cargo que desempenha até 2004. É, provavelmente, deste período que se refere João Cravinho quando diz, referindo-se ao Armando, “teve muitos e bons amigos, tal como teve também alguns inimigos, os que mereceram sê-lo, o que em nada o diminui. . . “.

Fecha-se esta vida de serviço público com o desempenho, entre Janeiro de 2006 e Março de 2014, do alto cargo de “Consultor para os Assuntos Agrícolas e o Mundo Rural”, na Casa Civil da Presidência da República, cargo que abandona por sua livre vontade, em circunstâncias que todos nós conhecemos e me permito expressamente omitir.

Caros Amigas e Amigos

o tempo, essa variável que nunca dominamos e sempre, inexoravelmente, nos ultrapassa, não permite que me alongue. Deixem-me, no entanto, ainda referir que do curriculum do Armando constam 74 títulos publicados, entre 1974 e 1997, nas mais diversas circunstâncias. Dos simples artigos de divulgação, nos quais o Armando era um mestre da palavra que todos entendiam, aos extensos trabalhos em análises bem fundamentadas, dos quais muitos de nós, nas mais diversas circunstâncias, usufruímos no nosso dia-a-dia profissional. Não é possível, por razões óbvias, singularizar aqui esta contribuição do percurso profissional do Armando para o melhor conhecimento da Agricultura Portuguesa. Sugiro, porém, aos organizadores deste evento que em publicação futura façam figurar aquela longa lista de publicações.

De acordo com critério estritamente pessoal, permito-me, no entanto, destacar, por as considerar de especial relevo no conjunto, quatro destas publicações, todas em colaboração. Assim passo a referir:

“Plano de médio prazo 77/80 – Agricultura, Silvicultura e Pecuária”. Ministério da Agricultura. 1977;

“A Economia do Sector Agrícola. Análise da evolução 1976-1980”. Instituto de Pesquisa Social Damião de Gois, Presidência da República. 1982;

“A Agricultura Portuguesa no período 1950-1980”. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, INCM. 1984;

“Um Contributo para a Defesa do Mundo Rural Português”. Maio 1993.

Deste último estudo cito a frase final do documento que considero ser um fiel “retrato literário” do Armando:

“O espaço rural português integra 90% do território nacional e mais de 40% da sua população.

Sem Agricultores não há Agricultura.

Sem Agricultura não há Mundo rural.

Sem Mundo Rural, Portugal comprometerá seguramente o seu futuro”.

De igual forma, no mesmo documento curricular de que me tenho vindo a socorrer, vêm referidas outras 74 “Comunicações públicas nos últimos anos”, entre 92 e 97, as quais pelas mesmas razões de tempo e espaço, não individualizo. Suspeito, aliás, e isto para não ser mais incisivo, que entre 1997 e 2014 pelo menos, haverá certamente outras publicações e intervenções públicas do Armando que não foram mencionadas no já referido curriculum datado, embora, de 2015. A título de exemplo, recordo bem a sua intervenção na AGRO GLOBAL de 2014.

Há, porém, neste conjunto vastíssimo de intervenções públicas, escritas e orais, que fazer uma referência abrangente, da mais elementar justiça. O Armando, como poucos de entre nós,

dedicou muito da sua energia e da sua vida a desmontar os mitos que se foram disseminando a denegrir a Agricultura Portuguesa. Desde meados do século passado, agravando-se com a adesão à CEE em 1986, quem não recorda frases como: “não há agricultura em Portugal”, “a Agricultura portuguesa está moribunda ou morreu mesmo”, “os agricultores são parasitas da sociedade a quem a Europa paga para nada fazerem”, “os agricultores são subsídio dependentes”, “cultura do giracidio, “jeeps pagos com dinheiro do IFADAP”, etc., etc. Verdadeiros mitos, ideias feitas que intoxicaram o debate público e prejudicaram ou mesmo impediram uma discussão racional sobre o futuro da Agricultura Portuguesa. Hoje é fácil, tornou-se mesmo um lugar-comum, elogiar os êxitos dos agricultores, a sua contribuição para o equilíbrio das contas públicas, o crescimento económico do sector com a geração de riqueza daí resultante para a sociedade, até, imagine-se, a contribuição para o aumento do emprego. Há uma dezena de anos atrás, porém, quem ousasse referir tais realidades sobre a Agricultura Portuguesa e elas já estavam presentes, seria no mínimo considerado tolo, ignorante ou agente de má-fé. Foi neste clima sociopolítico que Armando Sevinate Pinto ousou, na companhia de alguns poucos, contrariar o discurso acarinhado e alimentado por muitos protagonistas políticos e mediáticos. Percorram-se os seus textos, recordem-se as suas intervenções públicas e, facilmente, se encontrarão as palavras certas para

desmontar ideias feitas, maldosamente coladas à Agricultura e aos Agricultores, servindo agendas ideológicas e alimentando lugares comuns sem qualquer aderência à realidade.

O Armando teve ainda actividade docente, espalhada por diversas instituições, do INA ao Ministério da Agricultura, passando pela CAP, Escola Superior Agrária de Santarém, Universidade de Évora, Universidade Lusíada, Universidade Católica, ISA, Universidade dos Açores e Escola Superior Agrária de Beja. Foi membro do “Conselho de Admissão e Qualificação da Ordem dos Engenheiros” e foi corresponsável pela realização de uma série de 13 programas para a Radiotelevisão Portuguesa intitulada a “A Terra e os Homens”.

Falta, por último, referir um aspecto muito singular, talvez menos conhecido, neste percurso. Em coerência com a reconhecida paixão pelo seu Alentejo, paixão que se não restringia à Agricultura, o Armando foi Presidente do Conselho de Curadores do Festival “Terras sem Sombra” de música sacra do Baixo Alentejo, organizado desde 2004 pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja. Da sua acção neste domínio dava testemunho este ano o Prof. José António Falcão, responsável pelo Festival, ao dizer “vai-nos fazer muita falta o Armando e não sabemos como substituí-lo . . .”

Armando Sevinate Pinto foi condecorado, pelo Presidente da República, em 2005, com a Grã Cruz da Ordem de Cristo.

Caros Amigas e Amigos,

muito embora tanto houvesse ainda para pormenorizar e reflectir sobre o “Percurso profissional do Armando” é mesmo preciso terminar . . .

Que melhor forma de o fazer do que usar uma frase do Armando escrita, quase precisamente há um ano, em 20 de Setembro de 2014 a qual, atrevo-me a dizer, poderia resumir todo aquele percurso:

Entre dúvidas e conclusões, creio que chegaríamos facilmente àquela que considero dever estar entre as grandes questões agrícolas do nosso tempo e à qual urge dar resposta. O que poderemos fazer com praticamente todo o território nacional, de sequeiro e sem condições de vir a ser regado? Como poderemos, ou até se queremos, viabilizar a actividade agrícola e a produção em mais de três quartos da nossa superfície agrícola?
(fim de citação).

E por fim, permitam-me a expressão do meu próprio sentimento. O Armando foi um semeador e um cultivador da Amizade séria e profunda. Foi crítico de situações e de processos, com firmeza, frontalidade e persistência, por vezes quase obsessivamente; raramente o ouvi condenar pessoas, as quais sempre procurou e,

normalmente, conseguiu, recuperar pela sua profunda atenção, amizade e bondade. Foi um alimentador da relação com o outro que, quaisquer que fossem o motivo e as circunstâncias, com ele se cruzava. Foi um excelente amigo, uma pessoa de sorriso são, quase adolescente, que se sentia que estava de bem com a vida e tinha do seu País, da sua Agricultura e dos seus Agricultores, uma leitura positiva e de esperança.

Tive o privilégio de o encontrar na minha vida e o enorme desgosto de o ter perdido, naquele dia cinzento de 29 de Março, quando tanto havia ainda para percorrer em conjunto.

Para a Tareca, a Inês, e o Filipe, para a Mariana, a Isabel e o António, o nosso penhor de memória e saudade que permitem continuar a celebrar a vida do Armando.

E para Ti, Armando, um grande e forte Abraço com tudo o que ficou por viver entre nós e a amizade de sempre.

Fernando Gomes da Silva